

## **JOSÉ CORREIA DA CUNHA** **Um Pioneiro**

**Publicado no “Jornal de Letras”, 23 de Janeiro de  
2002**

No distante dia 27 de Abril de 1971 subia à tribuna da Assembleia Nacional um deputado de 44 anos, integrado na chamada Ala Liberal da Primavera marcelista, e com um currículo académico e profissional impressionante. De seu nome José Correia da Cunha.

Antes de ser eleito deputado, em 1969, Correia da Cunha tinha-se licenciado duplamente, sempre com as mais elevadas classificações, primeiro em Agronomia (1949) e depois em Geografia (1963). Esta última licenciatura tinha-o colocado em íntimo contacto com o grande mestre da Geografia portuguesa Orlando Ribeiro, primeiro como aluno, e depois como colega, entre 1963 e 1967. Será na combinação entre estes diversos saberes, e sob a concepção holística de Geografia perfilhada por Orlando Ribeiro, que Correia de Cunha se abre para a obra da sua vida: tornar-se no pioneiro mais relevante da introdução da política pública de ambiente em Portugal.

Ligado ao Ministério da Agricultura, desde 1951, Correia da Cunha foi, como docente, o introdutor em Portugal dos estudos de Geografia aplicada, e como técnico de planeamento do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros o responsável pela definição geográfica das primeiras Regiões de Planeamento do país (1967).

**Breve olhar sobre a génese da política pública de ambiente antes do 25 de  
Abril de 1974**

Em 19 de Junho de 1971 foi publicada a portaria 316/71 que dava existência legal à Comissão Nacional do Ambiente -- presidida da sua fundação até à sua extinção (1971-1983) por José Correia da Cunha -- que pode ser considerada como a primeira instituição portuguesa responsável pela orientação de uma política pública de ambiente.

Com efeito, e apesar de algumas referências a questões ambientais, nomeadamente as constantes no III Plano de Fomento (1968-1973), o primeiro órgão governamental, com vocação interministerial, dedicado à coordenação dos problemas ambientais só seria criado na sequência da recepção pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Março de 1969, da Nota do Secretário-Geral da ONU dando conta da resolução 2398, aprovada na 23ª sessão da Assembleia Geral, que dera início ao processo que conduziria à Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, que teria lugar em Estocolmo, em Junho de 1972.

O Governo de Marcelo Caetano, isolado na cena internacional, levou a sério o convite. Portugal não só se faria representar por amplas e qualificadas delegações, tanto na Conferência de Estocolmo (sete elementos, incluindo o ministro da Marinha), como nas diversas reuniões preparatórias entretanto realizadas. No âmbito da preparação da referida conferência foi, igualmente, redigido o primeiro relatório sobre o estado do ambiente, que seria publicado também no ano de 1971.

Há um quarto de século, Portugal seguia a tendência mundial para a criação de estruturas que progressivamente tornariam o ambiente num horizonte integrador de políticas públicas, anteriormente omissas ou fragmentadas por outros organismos executivos..

Por exemplo: em 1970 a Grã-Bretanha criaria o seu *Department of the Environment*, que obrigaria à aglutinação de competências antes dispersas por três ministérios. Também no mesmo ano seria criada a *Environmental Protection Agency* (EPA) nos Estados Unidos, que, embora sem a categoria de um departamento de Estado (o equivalente americano aos ministérios europeus), respondia directamente junto do Presidente pela condução da política no âmbito federal. Pela mesma senda, e já no final da década de 1960, seguiriam o Japão e a Suécia.

Não surpreende, dado este percurso rico e variado, que a intervenção de José Correia da Cunha fosse esperada com natural expectativa nesse dia de Abril, há mais de trinta anos.

O discurso tinha o seguinte título: “O Ordenamento do Território, Base de uma Política de Desenvolvimento Económico e Social”. A Assembleia Nacional não se limitou a aplaudir a iniciativa do deputado, pois a sua discussão estender-se-ia até 30 de Abril.

Ao longo dos últimos trinta anos, as questões ambientais têm sido objecto de várias metamorfoses tanto em Portugal como no resto do mundo. No registo de tentativa e erro a que todas as experiências de inovação humana se têm de submeter, as políticas públicas de ambiente não têm passado imunes a modismos e ciclos temáticos com duração efémera.

Ora, o que é notável nessa intervenção proferida em 1971 por José Correia da Cunha foi a capacidade por ele demonstrada para captar os aspectos essenciais e estruturais das fundações da política de ambiente, depurando as facetas conjunturais e secundárias também envolvidas, inevitavelmente, na definição de qualquer política. Nesse discurso identificam-se centros nevrálgicos de pensamento e acção que continuam válidos: a necessidade de conjugar ambiente com ordenamento do território; a imprescindibilidade do planeamento estratégico (o horizonte temporal de Correia da Cunha nesse discurso era de 30 anos!); a importância vital dos contributos da ciência para o processo de tomada de decisão política; o papel decisivo da educação na tarefa de mobilização dos cidadãos na senda do desenvolvimento; o imperativo de preparar as fundações físicas e institucionais de uma urbanização equilibrada do país; a urgente (e sempre adiada) reforma administrativa do Estado.

Ao ler esse discurso de Correia da Cunha ficamos divididos entre, por um lado, a admiração suscitada pela capacidade de antecipação por ele manifestada, e a tristeza das oportunidades perdidas, por outro. No entanto, a figura singular do homem permanece intocada pelo curso posterior dos acontecimentos que procurou modelar pela positiva.

Apesar de nunca ter ocupado o lugar que deveria ter sido o seu se este mundo fosse regido pela justiça e imparcialidade, isto é, o de primeiro responsável pela política ambiental da nova democracia, a verdade é que Correia da Cunha jamais voltou as costas aos desafios do serviço público, fosse como membro do Governo da Região Autónoma dos Açores, no período crítico do terramoto que arrasou Angra do Heroísmo em 1 de Janeiro de 1980, seja como Presidente da Comissão de Saneamento Básico do Algarve (1981-1987).

É por tudo isso, e por tudo o que não pode caber neste exíguo espaço quinzenal, que não me posso deixar de associar à merecida homenagem a José Correia da Cunha, promovida em 15 de Janeiro, na Assembleia da República, pelo Observatório do Ambiente. A evocação de um grande homem, ainda activo e lúcido, cujo exemplo não deixará de iluminar o caminho das gerações futuras.

Viriato Soromenho-Marques